

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGEM

Devido ao grande impacto que o rompimento de uma barragem pode causar ao meio ambiente, à sociedade e à economia, foi promulgada a Lei 12.334/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragem (PNSB).

Por essa lei, o empreendedor é obrigado a produzir um Plano de Segurança da Barragem; a fazer inspeções periódicas de segurança, e a informar aos órgãos fiscalizadores as inspeções realizadas e qualquer alteração sofrida na estrutura da barragem que comprometa a sua segurança.

A ANA é o órgão fiscalizador responsável pela fiscalização da segurança das barragens em rios federais. A Semar é o órgão fiscalizador responsável pela fiscalização da segurança das barragens em rios estaduais.



TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE BARRAGENS



POR QUE LICENCIAR?

Toda atividade ou empreendimento que utilize-se dos recursos naturais ou que seja capaz de causar degradação ambiental está sujeita ao licenciamento ambiental, que é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. A construção de uma barragem, por exemplo, deve ser autorizada pelos órgãos ambientais competentes.

Caso alguém decida implantar um empreendimento ou realizar uma atividade sem a devida licença ambiental, está cometendo uma infração ambiental, estando sujeito a penalidades previstas na legislação, que vão desde uma simples advertência até a perda de benefícios, tais como empréstimos e incentivos fiscais e, ainda, aplicação de multas.

ÓRGÃOS COMPETENTES PARA O LICENCIAMENTO

Existem no Estado do Piauí três potenciais órgãos que podem licenciar uma barragem. A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável pela análise da outorga de recursos hídricos em nível federal. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é responsável pelo licenciamento ambiental em nível federal. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar) responsável pela análise da outorga de recursos hídricos e licenciamento ambiental em nível estadual.

No Piauí, a ANA é o órgão competente pela outorga dos rios Piracuruca, Poti e Parnaíba. Já o IBAMA só licencia empreendimentos em 4 hipóteses: na implantação em terra indígena; em Unidades de Conservação da União; em área de fronteira; Quando a geração de energia elétrica superior a 300mw.

Contudo, o usuário deve estar atento ao órgão responsável pelo licenciamento, bem como os critérios, pois, em alguns casos, as etapas de licenciamento poderão ser simplificadas.

No Piauí, por exemplo, uma barragem de pequeno porte e pequeno impacto ambiental está sujeita apenas à Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA). Nesse caso, o usuário é dispensado da obtenção da outorga, mas precisa fazer um cadastro no órgão gestor de recursos hídricos.

NÃO POSSUO LICENÇA. E AGORA?

Se uma barragem foi construída sem as licenças ambientais, o empreendedor poderá dar entrada no pedido de regularização ambiental. Nele, o empreendedor irá obter a licença de operação e outorga de direito de uso.

Para barragens construídas e operadas antes da publicação da Lei 12.334/2010, o empreendedor terá uma regularização ambiental diferenciada dado ao tempo de construção da barragem.

RENOVAÇÃO DA LICENÇA

O empreendedor precisa ficar atento aos prazos de validade das licenças ambientais e outorga de direito de uso.

Deve dar entrada nos pedidos de renovação em até 90 dias antes do fim da validade das licenças, sob pena da sua barragem se tornar irregular perante a legislação ambiental.

Para obter mais informações, visite nosso site em semar.pi.gov.br ou acesse nosso instagram em [@semarpiauioficial](https://www.instagram.com/semarpiauioficial).

ETAPAS DO LICENCIAMENTO

De maneira geral, o licenciamento ambiental de uma barragem tem as seguintes etapas:



MEIO AMBIENTE

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR